



Faculdade
Christus

Rodrigo Martiniano Ayres Lins
Organizador

É VERDADE MESMO?

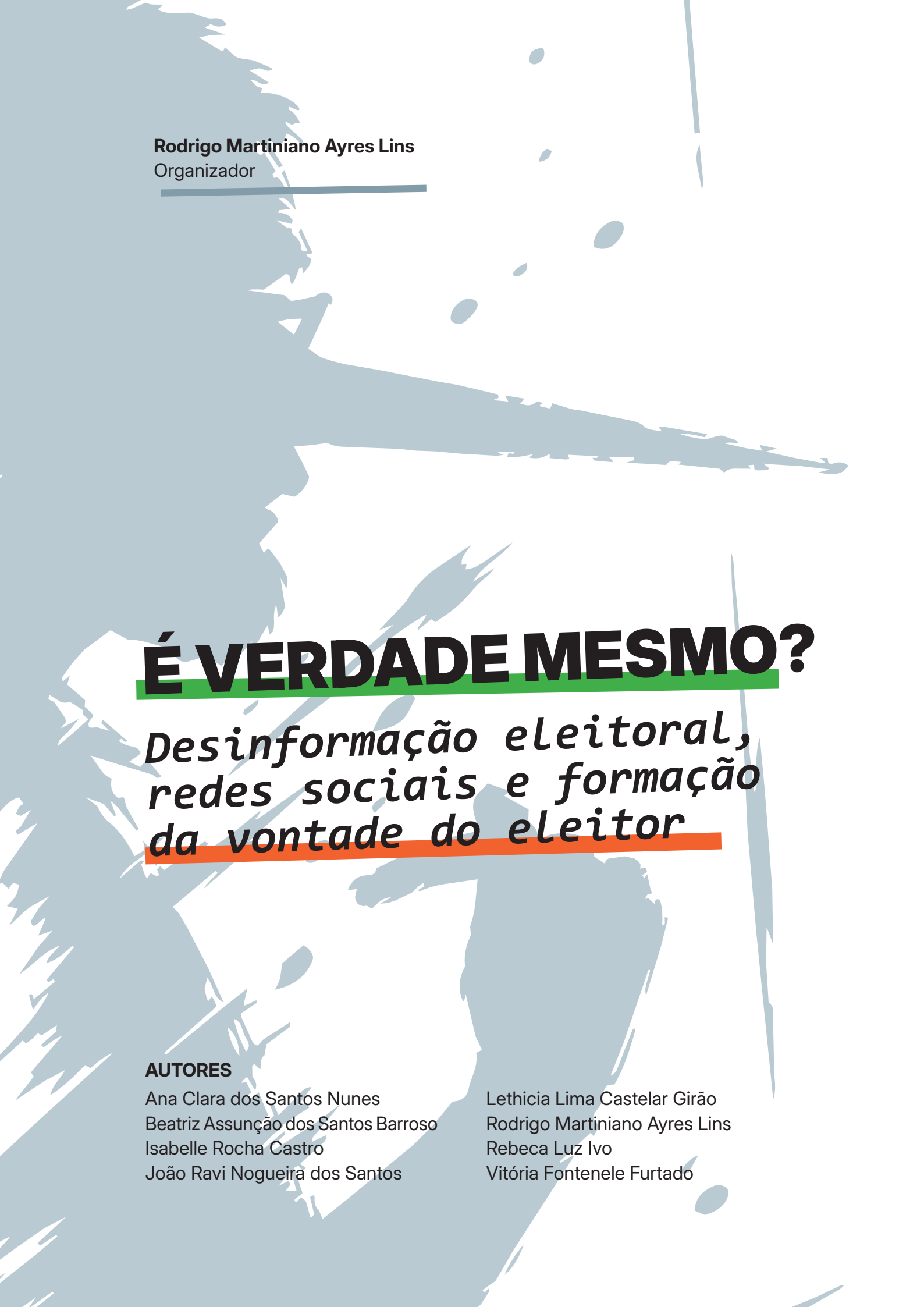
*Desinformação eleitoral,
redes sociais e formação
da vontade do eleitor*

AUTORES

Ana Clara dos Santos Nunes
Beatriz Assunção dos Santos Barroso
Isabelle Rocha Castro
João Ravi Nogueira dos Santos

Lethicia Lima Castelar Girão
Rodrigo Martiniano Ayres Lins
Rebeca Luz Ivo
Vitória Fontenele Furtado





Rodrigo Martiniano Ayres Lins
Organizador

É VERDADE MESMO?

*Desinformação eleitoral,
redes sociais e formação
da vontade do eleitor*

AUTORES

Ana Clara dos Santos Nunes
Beatriz Assunção dos Santos Barroso
Isabelle Rocha Castro
João Ravi Nogueira dos Santos

Lethicia Lima Castelar Girão
Rodrigo Martiniano Ayres Lins
Rebeca Luz Ivo
Vitória Fontenele Furtado

Sumário

Apresentação

A legenda que transformou uma foto em mentira

Beatriz Assunção dos Santos Barroso

Isabelle Castro

A live sobre uma fraude que nunca existiu

Lethicia Lima Castelar Girão

Rodrigo Martiniano Ayres Lins

A mentira alimentada pelo medo

João Ravi Nogueira dos Santos

Rebeca Luz Ivo

O que urnas eletrônicas faziam dentro de um sindicato?

Ana Clara dos Santos Nunes

Vitória Fontenele Furtado

Desinformação nas eleições pelo mundo

Rodrigo Martiniano Ayres Lins

Apresentação

Todos os dias recebemos muitas informações pelo celular. São mensagens, vídeos, fotos, áudios e publicações nas redes sociais. Em época de eleição, esse volume pode aumentar ainda mais.

Nem tudo o que recebemos, porém, é verdadeiro.

Uma informação falsa pode parecer convincente. Ela pode usar uma foto verdadeira, mas trazer uma legenda falsa. Pode mostrar um vídeo real, mas esconder uma parte importante da história. Também pode misturar fatos e informações erradas ou apresentar uma situação fora de contexto.

Hoje, há ainda outro desafio. Com o uso da inteligência artificial, é possível criar ou alterar imagens, áudios e vídeos de forma cada vez mais convincente. Por isso, reconhecer um rosto ou uma voz já não é suficiente para ter certeza de que aquele conteúdo é verdadeiro.

A desinformação pode afetar a forma como entendemos uma pessoa, uma proposta, um acontecimento ou até o próprio processo eleitoral. E ela costuma circular com rapidez, principalmente quando provoca medo, raiva, surpresa ou indignação.

Por isso, o cuidado de cada eleitor faz diferença.

Antes de acreditar ou compartilhar uma informação, vale a pena parar por alguns instantes e fazer algumas perguntas:

Quem publicou esse conteúdo?

De onde veio essa informação?

A publicação mostra alguma prova?

A data está correta?

A imagem ou o vídeo estão sendo apresentados no contexto certo?

Outras fontes confiáveis confirmam a mesma informação?

Não é preciso compartilhar tudo o que chega até você. Quando houver dúvida, o melhor caminho pode ser não encaminhar a mensagem até que seja possível verificar.

Esta cartilha mostra, por meio de histórias baseadas em casos reais, como a desinformação pode aparecer durante uma eleição. Você verá situações em que uma fotografia verdadeira recebeu uma legenda falsa, vídeos reais foram apresentados sem o contexto necessário e informações incorretas sobre urnas eletrônicas ganharam grande alcance nas redes sociais.

A cartilha também apresenta exemplos de outros países. Esses casos mostram que a desinformação eleitoral é um problema que existe em diferentes partes do mundo. Eles ajudam a entender temas como o uso de dados pessoais, a manipulação de imagens e vídeos e a criação de conteúdos falsos com inteligência artificial.

O objetivo desta cartilha não é dizer em quem você deve votar.

O objetivo é ajudar você a olhar com mais cuidado para o conteúdo que recebe e a tomar suas próprias decisões com mais informação e autonomia.

Na internet, uma mensagem pode chegar a milhares de pessoas em poucos minutos. A correção de uma informação falsa nem sempre consegue viajar na mesma velocidade.

Por isso, lembre-se de uma regra simples: pare. Confira. Depois decida se vale a pena compartilhar.

Cuidar da informação também é cuidar da sua liberdade de escolha.

Boa leitura!

Rodrigo Martiniano Ayres Lins



A legenda que transformou uma foto em mentira

Beatriz Assunção dos Santos Barroso

Isabelle Castro

Era época de eleição, e as redes sociais pareciam estar mais agitadas do que de costume. Vídeos, frases, montagens e acusações surgiam a toda hora. Algumas publicações desapareciam rapidamente. Outras eram compartilhadas tantas vezes que, depois de algumas horas, pareciam estar em toda parte.

Numa manhã de sábado, Lucas, de 16 anos, estava olhando o celular quando recebeu uma mensagem no grupo de amigos da escola.

Era uma fotografia.

Nela aparecia Maurício Andrade, um conhecido candidato à Presidência, sorrindo ao lado de um homem de camisa branca. A imagem parecia comum, como tantas outras fotografias de políticos com pessoas durante viagens e eventos.

Mas o texto escrito sobre a foto mudava completamente seu sentido:

“AGORA TUDO FAZ SENTIDO! Maurício aparece abraçado com o irmão de Rafael Nogueira, o homem que atacou Eduardo Vasconcelos durante a campanha passada.”

Eduardo Vasconcelos era adversário político de Maurício. Alguns anos antes, durante uma eleição, havia sofrido um grave ataque em público. O episódio tinha sido acompanhado pelo país inteiro e a postagem sugeria algo ainda mais grave. Se Maurício conhecia o irmão do agressor, talvez soubesse alguma coisa sobre o ataque.

Talvez existisse uma ligação entre eles.

Talvez aquilo que todo mundo conhecia tivesse uma história escondida. Era exatamente assim que o texto conduzia quem olhava para a fotografia. Lucas ficou impressionado.

"Vocês viram isso?", escreveu no grupo. Pedro respondeu quase imediatamente:

"Eu sabia que tinha alguma coisa estranha nessa história."

Outra colega escreveu:

"Meu pai acabou de mandar essa mesma foto no grupo da família."

Em poucos minutos, começaram a aparecer comentários indignados. Algumas pessoas diziam que aquilo precisava ser divulgado. Outras afirmavam que finalmente estavam entendendo o que havia acontecido anos antes.

Lucas quase apertou o botão de compartilhar.

Antes disso, Júlia mandou uma mensagem:

"Calma. Quem disse que esse homem é irmão do Rafael?"

O grupo ficou alguns segundos em silêncio.

Pedro respondeu: "Está escrito na foto."

"Eu sei", disse Júlia. "Mas quem escreveu?"

Ninguém soube responder.

A postagem vinha de um perfil que Lucas nunca tinha visto. O nome parecia relacionado a notícias, mas não havia informação sobre quem administrava a página. Também não existia link para reportagem, entrevista ou documento que explicasse de onde havia saído aquela identificação.

Havia apenas a fotografia e uma frase escrita em letras grandes. Lucas olhou novamente para a imagem.

A fotografia parecia real. Maurício realmente estava ali. O homem também.

Não havia sinais de montagem.

“Mas a foto é verdadeira”, disse Pedro. Júlia respondeu:

“Pode ser. A pergunta é outra. Esse homem é mesmo quem a postagem diz que é?”

A dúvida mudou tudo.

Eles começaram a procurar a fotografia na internet. Depois de alguns minutos, encontraram imagens semelhantes publicadas anteriormente.

O homem da foto se chamava Henrique Lopes, era um médico e não era irmão de Rafael Nogueira, não havia sequer relação familiar afirmada na postagem. A fotografia era verdadeira.

Maurício Andrade realmente havia sido fotografado ao lado do doutor Henrique, mas a legenda era falsa e foi assim que Lucas percebeu o truque.

Quem havia criado aquela publicação não precisava inventar uma fotografia. Bastava pegar uma imagem verdadeira, dar uma identidade falsa ao homem que aparecia nela e deixar que as pessoas completassem mentalmente o restante da história.

Se aquele homem fosse realmente irmão do agressor de Eduardo, a fotografia poderia parecer suspeita.

Mas ele não era.

Toda a acusação dependia de uma informação falsa colocada ao lado de uma imagem verdadeira.

Enquanto eles pesquisavam, a postagem continuava circulando. Em outra rede social, alguém já tinha escrito:

“Está comprovado que Maurício tinha ligação com a família do agressor.” Outra pessoa foi além:

“Depois dessa foto, ninguém pode dizer que ele não sabia de nada.”

A cada novo compartilhamento, aparecia um detalhe que não estava na publicação anterior.

Uma hipótese virava suspeita. A suspeita virava certeza.

E a certeza começava a produzir novas acusações.

Nenhuma delas precisava apresentar prova. Para muitas pessoas, a própria fotografia já parecia suficiente.

Lucas voltou ao grupo.

“Achamos quem é o cara da foto. É o doutor Henrique Lopes. Não é irmão do Rafael.”

Pedro demorou um pouco para responder.

“Então fizeram uma mentira usando uma foto verdadeira?”

“Exatamente”, escreveu Júlia.

Lucas pensou nas mensagens que tinha recebido poucos minutos antes.

Lembrou que sua primeira reação tinha sido compartilhar. A fotografia parecia provar aquilo que a legenda dizia.

Mas, na verdade, a fotografia provava apenas uma coisa: Maurício e Henrique estiveram juntos quando aquela imagem foi registrada.

Todo o resto havia sido acrescentado por alguém.

No fim da tarde, Lucas viu a mesma postagem aparecer novamente. Dessa vez, conhecia a história por trás dela.

Abriu os comentários e encontrou centenas de pessoas discutindo. Algumas insultavam Maurício. Outras atacavam Eduardo. Havia gente brigando por política, acusando conhecidos e compartilhando versões ainda mais exageradas da história.

Lucas percebeu uma coisa incômoda.

Descobrir a verdade tinha levado poucos minutos.

Corrigir a mentira parecia muito mais difícil.

A postagem falsa já tinha sido copiada, salva, reenviada e publicada por inúmeros perfis. Mesmo depois que algumas pessoas começaram a mostrar quem realmente era o homem da fotografia, a versão falsa continuava circulando. Na segunda-feira, durante o intervalo da escola, Pedro comentou:

"Eu teria compartilhado aquilo sem pensar."

Lucas riu.

"Eu também."

Júlia guardou o celular no bolso.

"É esse o problema. Quem criou a postagem precisava que a gente fizesse exatamente isso."

Lucas entendeu o que ela queria dizer.

A mentira tinha sido preparada para provocar uma reação antes de provocar uma pergunta.

Primeiro vinha a indignação.

Depois, o compartilhamento.

A verificação, quando acontecia, vinha por último.

E, naquele caso, bastava inverter essa ordem.

Perguntar antes. Pesquisar antes. Compartilhar depois.

Ou simplesmente não compartilhar.

História baseada em fatos reais.

LIÇÃO DESTA HISTÓRIA

Nem toda mentira parece mentira. Às vezes, ela vem acompanhada de uma fotografia verdadeira, de uma frase convincente e de uma história feita para provocar raiva ou surpresa.

Quando você compartilha uma informação, ajuda aquela mensagem a chegar a outras pessoas. Por isso, alguns minutos de pesquisa podem fazer muita diferença.

Antes de acreditar ou compartilhar, pergunte quem publicou, de onde veio a informação e se outras fontes confirmam aquilo.

Uma fotografia verdadeira pode carregar uma legenda falsa. Uma postagem muito compartilhada também pode estar errada.

Na internet, compartilhar é fácil. Pensar antes de compartilhar é responsabilidade de cada um.



QUER SABER O CASO REAL?

Basta clicar no seguinte link e fazer o *download* do inteiro teor da decisão sobre o caso: <https://jurisprudencia.tse.jus.br/#/jurisprudencia/pesquisa?codigoDecisao=2819176¶ms=s>



A *live* sobre uma fraude que nunca existiu

Lethicia Lima Castelar Girão

Rodrigo Martiniano Ayres Lins

Era domingo, 7 de outubro de 2018. Dia de eleição.

Desde cedo, milhões de brasileiros saíam de casa para escolher seus representantes. As escolas estavam cheias, as filas se formavam diante das seções eleitorais e, nas redes sociais, cada problema, reclamação ou situação estranha parecia ganhar uma velocidade própria.

Naquele dia, qualquer vídeo envolvendo uma urna eletrônica chamava atenção.

Foi quando Ricardo Menezes, deputado federal e candidato a deputado estadual, decidiu fazer uma transmissão ao vivo em seu perfil numa rede social, que tinha milhares de seguidores.

Ricardo também era delegado de polícia licenciado. Falava olhando diretamente para a câmera, em tom sério, como alguém que tinha uma denúncia importante para revelar.

Segundo ele, havia acontecido algo muito grave.

Duas urnas eletrônicas teriam apresentado problemas para registrar votos destinados a um dos candidatos à Presidência da República. Ricardo afirmou ainda que as urnas haviam sido “apreendidas” e disse possuir documentos da própria Justiça Eleitoral que comprovariam a fraude.

Era uma acusação enorme.

Se aquilo fosse verdade, significaria que máquinas utilizadas na eleição poderiam estar impedindo eleitores de votar em determinado candidato.

A transmissão começou a circular rapidamente.

Pessoas assistiam, comentavam e compartilhavam.

“Estão mexendo nas urnas!”

“Eu sabia que tinha alguma coisa errada.”

“Compartilha antes que apaguem!”

A *live* começou com cerca de 30 mil pessoas assistindo simultaneamente e terminou com mais de 70 mil espectadores ao vivo. O alcance posterior foi muito maior. Até 12 de novembro de 2018, pouco mais de um mês depois da transmissão, o vídeo acumulava aproximadamente:

- 6 milhões de visualizações;
- 400 mil compartilhamentos;
- 105 mil comentários.

Para quem recebia apenas aquele vídeo, a história parecia assustadora. E havia um detalhe que tornava tudo ainda mais convincente. Quem fazia a denúncia era um deputado e delegado de polícia.

Se alguém com aquela profissão afirmava que urnas haviam sido “apreendidas”, muita gente poderia imaginar que uma investigação policial já havia descoberto alguma fraude.

Mas havia um problema.

As urnas nunca tinham sido apreendidas.

Enquanto a transmissão circulava pelas redes sociais, técnicos da Justiça Eleitoral começaram a verificar o que havia realmente acontecido.

Alguns vídeos mostravam eleitores tentando votar no candidato a presidente e reclamando que a urna não aceitava o número digitado.

À primeira vista, aquilo podia parecer estranho.

Quando os vídeos foram examinados com atenção, porém, apareceu uma informação que mudava completamente a história.

Naquele momento, a urna ainda estava esperando o voto para outro cargo.

A palavra correspondente ao cargo aparecia na própria tela.

Os eleitores tentavam digitar o número do candidato a presidente antes de chegar a vez de votar para presidente.

Por isso o número não funcionava como eles esperavam.

Também havia urnas que tinham apresentado problemas técnicos e precisaram ser substituídas. Isso podia acontecer durante uma eleição. Uma máquina com defeito era trocada por outra para que a votação continuasse.

Nenhuma daquelas situações significava que uma urna havia sido programada para impedir votos em determinado candidato.

E nenhuma urna havia sido “apreendida” por fraude.

Mesmo assim, a transmissão já estava circulando.

No final daquele domingo, Ricardo recebeu quase 428 mil votos e tornou-se o deputado estadual mais votado da história de seu estado naquela eleição.

Mas a história da *live* ainda estava começando.

O Ministério Público Eleitoral levou o caso à Justiça. Para os responsáveis pela acusação, aquela transmissão havia ultrapassado uma simples opinião política. Um candidato havia utilizado sua posição pública e as redes sociais, justamente no dia da votação, para divulgar informações falsas sobre o funcionamento das urnas.

O caso chegou ao Tribunal Superior Eleitoral, o TSE.

Os ministros passaram então a discutir uma pergunta que se tornaria cada vez mais importante nas eleições brasileiras: Até onde uma pessoa pode ir nas redes sociais quando fala sobre uma eleição?

Durante o julgamento, um detalhe recebeu atenção especial.

Ricardo não havia dito simplesmente que as urnas apresentaram defeito. Ele utilizara a palavra “apreendidas”.

Para a maioria dos ministros, isso fazia diferença.

Como delegado de polícia licenciado, Ricardo conhecia o significado daquela expressão. Quando a polícia apreende alguma coisa, normalmente existe uma atuação oficial envolvendo aquele objeto.

Dizer que urnas haviam sido “apreendidas” poderia fazer quem assistia à transmissão imaginar que uma fraude já tinha sido encontrada e que as próprias autoridades haviam tomado providências.

Mas isso não havia acontecido.

Os ministros também analisaram o momento em que aquela informação foi divulgada.

Era o próprio dia da eleição.

Enquanto os eleitores ainda estavam votando, uma transmissão feita por um candidato colocava em dúvida o funcionamento das máquinas utilizadas para receber os votos.

Ao final do julgamento, a maioria dos ministros entendeu que a conduta era grave o suficiente para justificar as punições previstas pela legislação eleitoral.

O TSE cassou o mandato de Ricardo e declarou sua inelegibilidade pelo período determinado pela legislação.

Havia algo especialmente importante naquele caso.

Nenhum vídeo precisava ter sido criado por inteligência artificial.

Nenhuma imagem havia sido falsificada.

As pessoas que apareciam diante das urnas eram reais. As máquinas eram reais. Algumas dificuldades relatadas pelos eleitores também haviam acontecido.

A mentira surgiu quando fatos verdadeiros receberam uma explicação que não correspondia ao que realmente havia ocorrido.

Um eleitor digitando números na hora errada virou uma suspeita de urna programada contra um candidato.

Uma substituição normal de equipamento virou uma urna “apreendida”.

E situações isoladas passaram a ser apresentadas como prova de uma fraude eleitoral.

Tudo isso aconteceu enquanto milhões de pessoas ainda estavam escolhendo seus candidatos.

Por isso, uma informação publicada durante uma eleição pode produzir consequências antes mesmo que alguém consiga verificar se ela é verdadeira.

Um vídeo leva segundos para ser compartilhado.

A verificação costuma levar mais tempo.

E, quando a verdade finalmente chega, a mentira talvez já tenha alcançado milhares de pessoas.

História baseada em fatos reais.

A LIÇÃO DESTA HISTÓRIA

Uma informação falsa nem sempre começa com uma fotografia inventada ou um vídeo manipulado.

Às vezes, imagens verdadeiras são acompanhadas por uma explicação falsa.

Uma palavra também pode mudar completamente o sentido de uma história. Dizer que uma urna apresentou um problema técnico é muito diferente de afirmar que ela foi “apreendida por fraude”.

Por isso, quando você receber uma denúncia muito grave durante uma eleição, principalmente aquelas que provocam medo, revolta ou indignação, procure saber de onde veio a informação.

Veja se outras fontes confirmam a história.

Procure a explicação das autoridades responsáveis.

Observe o vídeo inteiro e descubra o que aconteceu antes e depois da cena que está circulando.

E desconfie de frases como “compartilhe antes que apaguem”.

A pressa ajuda a mentira.

A verificação ajuda você a descobrir o que realmente aconteceu.



QUER SABER O CASO REAL?

Basta clicar no seguinte link e fazer o *download* do inteiro teor da decisão sobre o caso: <https://consultaunificadapje.tse.jus.br/consulta-publica-unificada/documento?extensaoArquivo=-text/html&path=tse/2021/12/7/18/59/51/9e3e-c06661f66b36db06854ad9e879b89b90a-3ca93eec0ae98bd08c93287f51d>



A mentira alimentada pelo medo

João Ravi Nogueira dos Santos

Rebeca Luz Ivo

Era 2022, ano de eleições presidenciais no Brasil. Como acontecia em todo período eleitoral, candidatos e partidos utilizavam as redes sociais para apresentar suas ideias, defender suas propostas e tentar conquistar a confiança dos eleitores.

Em meio a tantas informações circulando pela internet, um vídeo começou a chamar atenção.

No vídeo, um político com milhares de seguidores nas redes sociais falava sobre um dos candidatos à Presidência, a quem chamaremos de Lucas. Enquanto fazia um gesto associado à campanha de Lucas, ele dizia que, caso o candidato fosse eleito, diversas situações graves poderiam acontecer.

Segundo o vídeo, caso Lucas ganhasse as eleições, haveria incentivo ao uso de drogas, aumento da criminalidade, censura nas redes sociais, perseguição religiosa, fechamento de igrejas, prisão de pessoas que protestassem, dificuldades econômicas e até mudanças relacionadas ao aborto.

Quem assistisse ao vídeo poderia facilmente concluir que Lucas defendia ou permitiria todas aquelas situações.

O conteúdo começou a ser compartilhado nas redes sociais. Outras pessoas também divulgaram a publicação, fazendo com que ela alcançasse ainda mais usuários.

E foi aí que surgiu o problema.

As afirmações apresentadas no vídeo não eram acompanhadas de provas que demonstrassem que aquilo realmente fazia parte das ideias ou dos planos de Lucas. Tudo aquilo era claramente mentira, mas não aos olhos de várias das pessoas que recebiam o conteúdo.

Quanto mais a mensagem era compartilhada, mais parecia que ela era de fato verdadeira.

Para quem recebia o vídeo pela primeira vez, podia parecer que centenas ou milhares de pessoas compartilhando aquela informação eram uma espécie de confirmação de que ela era verdadeira.

Mas não era.

Uma informação não se transforma em verdade simplesmente porque foi compartilhada muitas vezes.

A situação acabou chegando às autoridades responsáveis por analisar o que havia acontecido. Foi apontado que o conteúdo poderia prejudicar a imagem do candidato e, principalmente, influenciar a maneira como os eleitores enxergavam suas escolhas.

A preocupação era que uma pessoa pudesse decidir seu voto acreditando em algo que nunca havia sido comprovado.

Depois de analisar o caso, foi determinada a retirada das publicações das redes sociais.

A história, porém, não terminou com a retirada do vídeo.

Ela deixou uma questão muito maior para quem acompanhava as eleições: quantas pessoas já poderiam ter acreditado naquela mensagem antes que ela fosse retirada?

A internet permite que uma informação atravessasse milhares de telas em poucos minutos. Uma pessoa recebe, acredita e compartilha. Outra recebe, acredita porque viu várias pessoas compartilhando e repassa. E, assim, uma informação pode continuar circulando sem que ninguém pare para perguntar de onde ela veio ou se realmente é verdadeira.

No caso de Lucas, uma mensagem construída a partir de informações falsas ou distorcidas poderia fazer com que um eleitor formasse uma opinião sobre ele sem conhecer suas verdadeiras ideias ou propostas.

E essa é uma das consequências mais perigosas da desinformação: ela não precisa obrigar alguém a fazer uma escolha. Às vezes, basta apresentar uma mentira como se fosse verdade e deixar que a própria pessoa tome uma decisão acreditando que está escolhendo livremente. No fim, ficou uma reflexão que vai muito além daquela eleição.

Na internet, compartilhar algo leva apenas alguns segundos. Mas as consequências de uma informação falsa podem permanecer por muito mais tempo.

Por isso, antes de acreditar em uma publicação, vídeo ou mensagem, vale a pena parar por alguns instantes e perguntar:

Quem publicou isso? De onde veio essa informação?

Existe alguma prova?

Outras fontes confiáveis dizem a mesma coisa?

Às vezes, alguns segundos de cuidado podem impedir que uma mentira alcance milhares de pessoas.

A LIÇÃO DESTA HISTÓRIA

Nem tudo o que aparece na sua tela é verdade. Uma mentira compartilhada mil vezes continua sendo uma mentira. Antes de apertar o botão de compartilhar, pare, verifique e pense: essa informação pode prejudicar alguém? Na internet, cada compartilhamento é uma escolha. Ter responsabilidade com aquilo que você espalha também é uma forma de respeitar os outros e de proteger a liberdade de cada pessoa para fazer suas próprias escolhas.



QUER SABER O CASO REAL?

Basta clicar no seguinte link e fazer o *download* do inteiro teor da decisão sobre o caso: <https://sjur-servicos.tse.jus.br/sjur-servicos/rest/download/pdf/2975644>



O que urnas eletrônicas faziam dentro de um sindicato?

Ana Clara dos Santos Nunes

Vitória Fontenele Furtado

Era setembro de 2022. O Brasil estava se preparando para as eleições e as redes sociais estavam cheias de discussões, opiniões e informações sobre o que aconteceria nos dias seguintes.

Naquela época, qualquer imagem relacionada às urnas eletrônicas poderia chamar muita atenção. As pessoas estavam preocupadas, curiosas e, muitas vezes, desconfiadas.

Bastava uma publicação para fazer uma dúvida crescer rapidamente.

Foi nesse cenário que aconteceu uma história que começou com um vídeo.

No dia 27 de setembro, uma mulher chamada Marina publicou na internet um vídeo mostrando várias urnas eletrônicas sendo preparadas dentro de um sindicato na cidade de Itapeva, em São Paulo.

As imagens chamavam atenção. Afinal, por que aquelas urnas estavam dentro de um sindicato?

No vídeo, Marina apresentou a situação de uma maneira que poderia fazer as pessoas acreditarem que havia algo estranho acontecendo. A situação chegou a ser relacionada a um determinado partido e ao candidato Lucas.

Rapidamente, o vídeo começou a circular.

Mas havia uma informação importante que não aparecia naquela história.

As urnas não estavam ali por causa de uma fraude ou de uma tentativa de alterar alguma coisa. O local era utilizado pelo Cartório Eleitoral de Itapeva desde 2014 para preparar, carregar e lacrar as urnas eletrônicas.

O motivo era simples: o cartório não tinha espaço físico suficiente para realizar todos aqueles procedimentos. Além disso, o sindicato ficava ao lado do cartório, tornando o local uma alternativa adequada para a realização das atividades.

E havia mais um detalhe.

Dois dias antes da publicação do vídeo, em 25 de setembro, as autoridades eleitorais de São Paulo já haviam explicado publicamente por que as urnas estavam sendo preparadas naquele local.

Mesmo assim, o vídeo foi publicado.

E esse foi o momento em que uma situação normal começou a parecer suspeita para muitas pessoas.

Imagine alguém vendo apenas aquelas imagens, sem conhecer a explicação. A pessoa poderia pensar:

“Por que estão fazendo isso dentro de um sindicato?”

Depois, poderia enviar o vídeo para um amigo.

O amigo poderia compartilhar em um grupo. Outra pessoa poderia publicar novamente.

E, em pouco tempo, milhares de pessoas poderiam estar vendo as mesmas imagens, mas sem conhecer o contexto verdadeiro.

Esse é um dos problemas das informações que circulam pela internet. Muitas vezes, a imagem chega primeiro e a explicação nunca chega.

O vídeo foi divulgado poucos dias antes da votação, justamente quando os ânimos estavam mais intensos. Para quem assistisse à publicação, poderia parecer que algo irregular estava acontecendo com as urnas.

Mas a realidade era diferente.

As urnas estavam sendo preparadas seguindo um procedimento que já acontecia naquele local havia anos, sem nenhuma conexão política ou a menor possibilidade de haver uma fraude, diante da segurança da Urna Eletrônica.

Depois da divulgação, a situação chamou atenção e a publicação passou a ser questionada. A explicação sobre o uso do sindicato mostrou que aquilo que parecia suspeito nas imagens tinha, na verdade, uma razão conhecida.

Marina tentou explicar que não tinha intenção de afirmar que existia fraude. Segundo ela, quando utilizou a palavra “manipulação”, estava se referindo apenas à preparação das urnas e que o objetivo do vídeo era buscar esclarecimentos.

Mas o problema já havia acontecido: a maneira como as imagens foram apresentadas poderia levar as pessoas a acreditar em algo que não correspondia à realidade.

A história continuou sendo analisada até que, em outubro de 2022, foi determinada a retirada das publicações. Em 20 de outubro, essa determinação foi confirmada.

Meses depois, em 25 de maio de 2023, o caso chegou ao seu desfecho.

Marina foi responsabilizada pela divulgação do conteúdo considerado desinformativo e recebeu uma multa de **trinta mil reais**, além da determinação de retirada do conteúdo.

Mas existe uma parte dessa história que é ainda mais importante. Ninguém precisou criar um vídeo falso para gerar uma dúvida.

O vídeo era real. As urnas realmente estavam naquele local.

O que mudou foi a maneira como aquela situação foi apresentada.

E isso mostra como uma informação pode ser enganosa mesmo quando utiliza imagens verdadeiras. Quando uma parte importante da história é deixada de lado, as pessoas podem chegar a uma conclusão completamente diferente da realidade.

No fim, o que parecia ser uma história sobre urnas escondendo alguma coisa era, na verdade, uma história sobre urnas sendo preparadas por servidores da

Justiça Eleitoral em um espaço que já era utilizado para isso havia anos.

Uma publicação pode levar apenas alguns segundos para ser feita. Mas, depois que milhares de pessoas acreditam nela e a compartilham, desfazer a dúvida pode ser muito mais difícil.

Essa história é baseada em fatos reais.

A LIÇÃO DESSA HISTÓRIA

Nem tudo o que aparece na internet é verdade, mesmo quando parece convincente.

Uma imagem pode ser verdadeira, mas a história contada sobre ela pode estar errada. E uma pessoa pode ajudar a espalhar uma mentira sem sequer perceber que está fazendo isso.

Por isso, antes de compartilhar qualquer informação, pare por alguns segundos. Procure a fonte, confira a data, busque outra explicação e tente descobrir o que realmente aconteceu.

E lembre-se: antes de compartilhar, pare e confira. Porque uma mentira pode viajar pela internet em segundos, mas a verdade nem sempre consegue alcançá-la.



QUER SABER O CASO REAL?

Basta clicar no seguinte link e fazer o *download* do inteiro teor da decisão sobre o caso: <https://sjur-servicos.tse.jus.br/sjur-servicos/rest/download/pdf/3278162>



Desinformação nas eleições pelo mundo

Rodrigo Martiniano Ayres Lins

Breve introdução

A desinformação nas eleições não acontece apenas no Brasil.

Países de várias regiões enfrentam a circulação de conteúdos falsos, alterados ou apresentados de forma enganosa.

A inteligência artificial trouxe novos desafios para esse cenário.

Hoje, a tecnologia permite criar ou alterar imagens, áudios e vídeos que parecem cada vez mais reais.

Esses recursos podem ser usados de várias formas durante uma eleição. Podem atacar adversários, promover candidaturas, fabricar declarações ou criar situações que nunca aconteceram.

Os casos apresentados a seguir ajudam a entender como a desinformação pode aparecer na prática.

1. Estados Unidos, 2016: quando nossos dados entraram nas eleições

Imagine fazer um teste de personalidade no Facebook.

Anos depois, você descobre que dados desse tipo poderiam ajudar empresas a conhecer suas preferências políticas, medos e interesses.

Esse problema tornou conhecida a Cambridge Analytica.

A empresa de consultoria política trabalhou para a campanha de Donald Trump na eleição presidencial dos Estados Unidos, em 2016.

Dados relacionados a até 87 milhões de usuários do Facebook foram obtidos por um aplicativo criado pelo pesquisador Aleksandr Kogan. Depois, esses dados foram repassados à Cambridge Analytica.

Muitas dessas pessoas nunca tinham usado o aplicativo.

Na época, o Facebook permitia que aplicativos acessassem determinadas informações dos amigos de seus usuários.

A Cambridge Analytica dizia conseguir juntar grandes quantidades de dados para criar perfis psicológicos dos eleitores.

O objetivo era identificar quem poderia ser convencido e quais mensagens funcionariam melhor para cada pessoa.

Assim, diferentes eleitores poderiam receber diferentes anúncios políticos nas redes sociais.

Uma pessoa poderia receber uma mensagem sobre imigração. Outra poderia receber conteúdos sobre segurança ou economia.

Esse método ficou conhecido como microdirecionamento político.

O problema é que essas mensagens podem ficar escondidas de grande parte da sociedade.

Uma propaganda na televisão pode ser vista e discutida por muitas pessoas.

Já uma mensagem enviada apenas para pequenos grupos pode ficar invisível para jornalistas, pesquisadores e outros eleitores.

Isso dificulta acompanhar o que uma campanha diz para cada público.

Estudos posteriores passaram a tratar esse tipo de manipulação pouco visível como um risco à autonomia das pessoas.

O QUE ESSE CASO ENSINA?

Nossos dados podem revelar mais sobre nós do que imaginamos. Curtidas, páginas visitadas, localização, idade e interesses podem ajudar computadores a criar perfis sobre nossas preferências. Durante uma eleição, essas informações podem ajudar a definir qual mensagem cada pessoa receberá. Por isso, proteger os dados pessoais também ajuda a proteger a liberdade de escolha.

2. Quênia, 2017: quando até jornais foram falsificados

Nas eleições do Quênia de 2017, a disputa política também ocorreu intensamente nas redes sociais. Facebook, Twitter e WhatsApp foram usados para espalhar propaganda e informações enganosas.

Alguns conteúdos foram criados para parecer reportagens de veículos conhecidos, como CNN e *Daily Nation*.

Quem recebia essas imagens poderia acreditar que estava diante de uma notícia produzida por um jornal profissional.

A pesquisadora Jacinta Maweu encontrou notícias falsas, fotografias manipuladas e mensagens enganosas usadas durante aquela eleição. Esse material ajudou a criar um ambiente de desconfiança sobre o próprio processo eleitoral. Também circularam acusações de que os resultados seriam falsos ou produzidos por computadores (Maweu, 2019).

POR QUE ESSE CASO IMPORTA?

A desinformação pode dificultar que as pessoas saibam em quem confiar. Esse problema se torna ainda maior quando conteúdos falsos imitam a aparência de veículos de comunicação conhecidos. Nesse ambiente, até informações verdadeiras podem passar a ser vistas com desconfiança.

3. Myanmar: quando a desinformação acompanhou a violência

O caso de Myanmar mostra que os efeitos da desinformação política podem ultrapassar as eleições.

Durante a transição política do país, redes sociais foram usadas para divulgar conteúdos nacionalistas e informações falsas.

Também circularam mensagens hostis contra minorias, principalmente contra os rohingyas.

Mais de 700 mil rohingyas foram deslocados. Milhares de pessoas foram consideradas mortas. O próprio Facebook reconheceu depois falhas no combate ao uso da plataforma para espalhar ódio e violência (Kyaw, 2020).

Mas as redes sociais não explicam sozinhas o que aconteceu.

A violência contra os rohingyas tinha raízes políticas, étnicas e institucionais anteriores às redes sociais.

A pesquisa de Kyaw chama atenção para a polarização já existente e para a violência praticada pelo Estado. As plataformas digitais, porém, deram mais alcance a mensagens hostis e acusações falsas, o que acabou por gerar a violência que se viu.

POR QUE ESSE CASO IMPORTA?

Uma mentira repetida muitas vezes pode deixar de ser apenas um problema de informação.

Em sociedades com conflitos profundos, a desinformação pode contribuir para transformar preconceito em perseguição e violência.

4. Sri Lanka, 2018: quando um boato terminou em violência

Em 2018, o Sri Lanka mostrou como a desinformação pode sair das telas e produzir consequências no mundo real.

O país já enfrentava tensões entre a maioria budista cingalesa e a minoria muçulmana. Grupos nacionalistas apresentavam os muçulmanos como uma ameaça à identidade e ao futuro da população cingalesa.

As redes sociais, especialmente o Facebook, ajudaram essas ideias a circular (Sarjoon; Yusoff; Hussin, 2016).

Um dos boatos dizia que muçulmanos colocavam substâncias esterilizantes em alimentos vendidos a budistas. Segundo a história falsa, o objetivo seria impedir que os budistas tivessem filhos e reduzir sua população.

O boato já circulava quando ocorreu um episódio em um restaurante da cidade de Ampara, em fevereiro de 2018.

Um cliente encontrou algo em sua comida e acusou funcionários muçulmanos de terem colocado uma substância esterilizante no prato.

Durante a discussão, um funcionário teve dificuldade para entender perguntas feitas em cingalês.

Por isso, respondeu de forma confusa.

O momento foi gravado e o vídeo começou a circular nas redes sociais.

A gravação foi apresentada como se mostrasse uma confissão do funcionário.

Na verdade, o vídeo estava fora de contexto.

Um mal-entendido foi transformado em uma falsa prova de uma conspiração (Ryder, 2026).

As consequências foram graves.

O restaurante foi atacado e uma mesquita próxima foi incendiada.

Poucos dias depois, ocorreram novos confrontos entre budistas cingaleses e muçulmanos.

Casas, lojas e mesquitas de muçulmanos foram atacadas e incendiadas.

Pessoas morreram e outras ficaram feridas.

O governo decretou estado de emergência e bloqueou temporariamente o acesso ao Facebook e ao WhatsApp.

Uma avaliação independente analisou depois a atuação do Facebook no país. O estudo confirmou que conteúdos de ódio e desinformação, circulados por aquela rede social, podem ter contribuído para os episódios de violência (Article One, 2020).

O que se aprendeu com o caso é que as redes sociais deram mais velocidade e alcance a ideias e preconceitos que já existiam na sociedade (Sarjoon; Yusoff; Hussin, 2016), o que permitiu ampliar os sentimentos de hostilidade entre os grupos.

O QUE ESSE CASO ENSINA?

Muitas pessoas compartilhando uma informação não significa que ela seja verdadeira. Popularidade não é prova.

No Sri Lanka, um vídeo apresentado como prova fortaleceu uma história falsa que já circulava.

Quando desinformação, medo e preconceito se misturam, as consequências podem ultrapassar o debate político. Elas podem chegar à violência real.

5. Filipinas, 2022: quando a desinformação tenta mudar o passado

Na eleição presidencial das Filipinas de 2022, parte da disputa envolveu a memória histórica do país.

Vídeos e publicações apresentavam versões enganosas ou distorcidas sobre o governo de Ferdinand Marcos Sr. Ele era pai do então candidato Ferdinand Marcos Jr.

Aries Arugay e Justin Baquisal (2022) identificaram quatro grandes tipos de narrativas de desinformação naquela eleição.

Entre elas estavam a nostalgia de governos autoritários e teorias da conspiração.

Também apareciam a valorização do líder forte e mensagens de descrença na democracia.

Segundo os autores, essas narrativas favoreceram Marcos Jr. e prejudicaram outros candidatos. E elas também contribuíram para aumentar a polarização política.

Estudos posteriores chamaram atenção para outro problema.

A desinformação pode continuar circulando entre uma eleição e outra.

As redes sociais também podem ajudar a construir versões favoráveis do passado político durante vários anos (Chua, 2024).

POR QUE ESSE CASO IMPORTA?

A desinformação eleitoral não trata apenas de acontecimentos recentes. Ela também pode mudar a maneira como as pessoas entendem o passado. Alguns fatos podem ser destacados. Outros podem ser apagados ou distorcidos. Quando chega a eleição, essas versões da história já podem estar circulando há anos.

6. Eslováquia, 2023: um áudio falso aparece perto da eleição

Em setembro de 2023, faltavam apenas dois dias para as eleições parlamentares da Eslováquia.

Nesse momento, começou a circular nas redes sociais uma gravação de voz.

O áudio parecia mostrar uma conversa entre Michal Šimečka e a jornalista Monika Tódová.

Šimečka era candidato do partido Progressive Slovakia.

Na gravação, os dois supostamente falavam sobre comprar votos da população Roma para fraudar a eleição.

Mas aquela conversa nunca aconteceu.

O áudio tinha sido produzido artificialmente para imitar as vozes das duas pessoas.

O momento escolhido para divulgar a gravação tornou o problema ainda maior.

A Eslováquia estava no período de 48 horas de silêncio eleitoral.

Faltava pouco tempo para a votação.

Assim, havia pouco tempo para verificar a gravação e explicar que ela era falsa.

Também era difícil fazer a correção chegar às mesmas pessoas que receberam o conteúdo falso (Łabuz; Nehring, 2024).

POR QUE ESSE CASO IMPORTA?

Durante muito tempo, uma gravação de voz parecia provar que alguém realmente tinha dito alguma coisa.

Com a inteligência artificial, isso mudou.

Hoje, reconhecer uma voz não basta para concluir que aquela pessoa realmente pronunciou aquelas palavras.

7. Índia, 2024: quando uma edição mudou toda a mensagem

Em 2024, quase um bilhão de indianos estavam registrados para participar da maior eleição do mundo.

Durante a campanha, milhões de pessoas acompanhavam candidatos e partidos pelas redes sociais e por aplicativos de mensagens.

Nesse ambiente, vídeos falsos começaram a circular rapidamente.

Um dos casos envolveu Amit Shah, ministro do Interior da Índia e importante dirigente do partido BJP.

Em um vídeo compartilhado nas redes, ele parecia anunciar o fim de políticas de reserva de vagas (cotas).

Essas políticas são destinadas a grupos historicamente desfavorecidos.

A gravação parecia verdadeira porque usava um discurso que realmente tinha acontecido.

O problema estava na edição.

O vídeo original dizia outra coisa.

Partes da fala foram alteradas para atribuir ao político uma proposta diferente daquela apresentada originalmente (Boom, 2024).

O tema era especialmente sensível.

Na Índia, milhões de pessoas fazem parte dos grupos beneficiados por essas políticas.

Uma informação falsa sobre o fim desses direitos poderia provocar medo e indignação.

Também poderia mudar a forma como os eleitores enxergavam um partido político.

O vídeo se espalhou pelas redes e levou a investigações policiais.

Pessoas acusadas de participar de sua produção ou circulação foram presas.

O episódio ocorreu durante a votação, quando informações políticas podiam chegar aos eleitores em poucos segundos.

Esse não foi o único caso.

Vídeos produzidos com inteligência artificial também fizeram dois famosos atores de Bollywood parecerem criticar o primeiro-ministro Narendra Modi.

As gravações também faziam parecer que os atores pediam votos para seus adversários.

Os vídeos eram falsos.

O QUE ESSE CASO ENSINA?

Um vídeo não precisa ser totalmente inventado para enganar. Às vezes, basta cortar uma frase, mudar uma palavra ou retirar uma declaração de seu contexto. Por isso, diante de uma gravação surpreendente, é importante procurar o vídeo completo. Também é importante descobrir de onde ele veio antes de compartilhá-lo.

8. Romênia, 2024: a eleição que foi anulada

A eleição presidencial da Romênia de 2024 teve uma consequência institucional excepcional.

O candidato independente Călin Georgescu tinha inicialmente menor visibilidade.

Durante a campanha, porém, ele ganhou grande exposição nas redes sociais, especialmente no TikTok.

Um estudo publicado em 2026 analisou a circulação de conteúdos durante aquela campanha. Os pesquisadores identificaram amplificação por algoritmos e atividades coordenadas e não autênticas.

Essas atividades estavam ligadas ao rápido crescimento da presença digital da candidatura.

O caso ganhou ainda mais importância depois da divulgação de documentos dos serviços de inteligência, que campanhas digitais escondidas e interferência estrangeira na eleição (Szabo; Bader, 2026).

Em dezembro de 2024, a Corte Constitucional da Romênia anulou o processo da eleição presidencial.

A Corte determinou que a eleição fosse realizada novamente, diante da gravidade da situação. Entre os temas analisados estavam exatamente a desinformação em grande escala e campanhas digitais escondidas.

POR QUE ESSE CASO IMPORTA?

O episódio mostra até onde uma crise de informação pode chegar.
A discussão começou nas redes sociais.
Depois, chegou aos serviços de inteligência e à Corte Constitucional.
No fim, todo o processo da eleição presidencial precisou ser repetido.

O QUE ESSAS HISTÓRIAS TÊM EM COMUM?

Os casos aconteceram em países e momentos diferentes.
Mesmo assim, eles revelam problemas semelhantes.
A desinformação pode ganhar força quando encontra emoções intensas e divisões políticas que já existem na sociedade.
As redes sociais também permitem que uma mensagem alcance muitas pessoas rapidamente.
As formas de enganar são diferentes.
Alguns conteúdos inventam acontecimentos.
Outros imitam a aparência de jornais conhecidos.
Há também conteúdos que distorcem fatos históricos.
Com tecnologias mais recentes, tornou-se possível imitar a voz ou a imagem de uma pessoa.
Os efeitos da desinformação não aparecem apenas no resultado de uma eleição.
Ela pode aumentar a hostilidade entre grupos e destruir reputações.
Também pode reduzir a confiança no processo eleitoral e dificultar a identificação de fontes confiáveis.
Em situações extremas, a desinformação pode acompanhar episódios de violência ou graves crises institucionais.
E, ainda mais grave, ataques estrangeiros cibernéticos podem gerar interferências diretas na eleição e na própria soberania nacional.
O problema é grave. Estejamos atentos e combatentes.

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017. DOI: 10.1257/jep.31.2.211. Disponível em: American Economic Association. Acesso em: 26 set. 2026.

ARUGAY, Aries A.; BAQUISAL, Justin Keith A. Mobilized and polarized: social media and disinformation narratives in the 2022 Philippine elections. *Pacific Affairs*, v. 95, n. 3, p. 549-573, 2022. DOI: 10.5509/2022953549.

ARTICLE ONE. Assessing the human rights impact of the Facebook platform in Sri Lanka. [S. l.]: Article One, 2020. Disponível em: <https://about.fb.com/wp-content/uploads/2020/05/Sri-Lanka-HRIA-Executive-Summary-v82.pdf>. Acesso em: 26 set. 2026.

BHOI, Sameera; JHA, Vinayak Kumar; KUMAR, Rajesh. Information disorder in democracy: a thematic analysis of mis/disinformation in the 2024 Indian General Election. *The International Information & Library Review*, v. 58, n. 1, p. 105-121, 2026. DOI: 10.1080/10572317.2026.2620350.

CHUA, Yvonne T. The Philippines: disinformation and democracy. In: SINGH, Daljit; HOANG, Thi Ha (ed.). *Southeast Asian Affairs 2024*. Singapore: ISEAS Publishing, 2024. p. 246-260. DOI: 10.1355/9789815203516-016.

EADY, Gregory et al. Exposure to the Russian Internet Research Agency foreign influence campaign on Twitter in the 2016 US election and its relationship to attitudes and voting behavior. *Nature Communications*, v. 14, art. 62, 2023. DOI: 10.1038/s41467-022-35576-9.

GARIMELLA, Kiran; NAYAK, Bharat; CHAUCHARD, Simon; VASHISTHA, Aditya. Deciphering viral trends in WhatsApp: a case study from a village in rural India. *arXiv*, 2024.

HASANGAN, Sandunika. Religious identification on Facebook visuals and (online) out-group intolerance: experimenting the Sri Lankan case. *Journal of Asian and African Studies*, v. 57, n. 2, p. 247-268, 2022. DOI: 10.1177/00219096211008466.

HU, Margaret. Cambridge Analytica's black box. *Big Data & Society*, v. 7, n. 2, 2020. DOI: 10.1177/2053951720938091.

KYAW, Nyi Nyi. Social media, hate speech and fake news during Myanmar's political transition. In: SINPENG, Aim; TAPSELL, Ross (ed.). *From Grassroots Activism to Disinformation: Social Media in Southeast Asia*. Singapore: ISEAS–Yusof Ishak Institute, 2020. p. 86-104.

ŁABUZ, Mateusz; NEHRING, Christopher. On the way to deep fake democracy? Deep fakes in election campaigns in 2023. *European Political Science*, v. 23, n. 4, p. 454-473, 2024. DOI: 10.1057/s41304-024-00482-9.

MAWEU, Jacinta Mwende. "Fake Elections"? Cyber propaganda, disinformation and the 2017 general elections in Kenya. *African Journalism Studies*, v. 40, n. 4, p. 62-76, 2019. DOI: 10.1080/23743670.2020.1719858.

NEUDERT, Lisa-Maria. Hurdles and pathways to regulatory innovation in digital political campaigning. *The Political Quarterly*, v. 91, 2020. DOI: 10.1111/1467-923X.12915.

NEYAZI, Taberez Ahmed; TAN, Khai Ee; KURU, Ozan. Campaign deepfakes and affective polarization: the role of artificial intelligence in campaigns in shaping voter attitudes. *Social Science Computer Review*, 2025. DOI: 10.1177/08944393251362247.

ROGHINĂ, Răzvan Cosmin. The annulment of the 2024 Romanian presidential election: between constitutional guardianship and judicial overreach. *Journal of Legal Studies*, v. 36, n. 50, p. 119-142, 2025. DOI: 10.2478/jles-2025-0017.

ROY, Enakshi; LASKAR, Kaifia A.; REYAZ, Mohammad. Retroactive gatekeepers: fact-checkers, electoral disinformation, and audience engagement in India. *Journalism and Media*, 2025. DOI: 10.1177/27523543251395190.

RYDER, Craig. Affordance folklore: truth, community and visibility during Sri Lanka's Internet shutdowns. *New Media & Society*, 2026. DOI: 10.1177/14614448251357264. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/14614448251357264>. Acesso em: 26 set. 2026.

SARJOON, Athambawa; YUSOFF, Mohammad Agus; HUSSIN, Nordin. Anti-Muslim sentiments and violence: a major threat to ethnic reconciliation and ethnic harmony in post-war Sri Lanka. *Religions*, v. 7, n. 10, art. 125, 2016. DOI: 10.3390/rel7100125. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-1444/7/10/125>. Acesso em: 26 set. 2026.

SUSSER, Daniel; ROESSLER, Beate; NISSENBAUM, Helen. Technology, autonomy, and manipulation. *Internet Policy Review*, v. 8, n. 2, 2019. DOI: 10.14763/2019.2.1410.

STACEY, Richard; MIYANDAZI, Victoria. Constituting and regulating democracy: Kenya's Electoral Commission and the courts in the 2010s. *Asian Journal of Comparative Law*, 2021.

SZABO, Lucian Vasile; BADER, Simona. Voter manipulation and electoral campaign hijacking by social media technologies: the Romania 2024 case. *Social Sciences & Humanities Open*, v. 13, art. 102622, 2026. DOI: 10.1016/j.ssaho.2026.102622.

TARRAN, Brian. What can we learn from the Facebook–Cambridge Analytica scandal? *Significance*, v. 15, n. 3, p. 4-5, 2018. DOI: 10.1111/j.1740-9713.2018.01139.x.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. *Science*, v. 359, n. 6380, p. 1146-1151, 2018. DOI: 10.1126/science.aap9559.

Autores

ANA CLARA DOS SANTOS NUNES

Aluna do Curso de Direito da Faculdade Christus Eusébio

BEATRIZ ASSUNÇÃO DOS SANTOS BARROSO

Aluna do Curso de Direito da Faculdade Christus Eusébio

ISABELLE ROCHA CASTRO

Aluna do Curso de Direito da Faculdade Christus Eusébio

JOÃO RAVI NOGUEIRA DOS SANTOS

Aluno do Curso de Direito da Faculdade Christus Eusébio

LETHICIA LIMA CASTELAR GIRÃO

Aluna do Curso de Direito da Faculdade Christus Eusébio

RODRIGO MARTINIANO AYRES LINS

Professor da Faculdade Christus Eusébio. Doutorando em Direito Constitucional e Teoria Política.

REBECA LUZ IVO

Aluna do Curso de Direito da Faculdade Christus Eusébio

VITÓRIA FONTENELE FURTADO

Aluna do Curso de Direito da Faculdade Christus Eusébio



Faculdade
Christus